

PERSPECTIVA FILOSÓFICA

PRINCÍPIOS PARA UMA SEMÂNTICA DAS LÍNGUAS NATURAIS: OS CLÁSSICOS E OS NOVOS

Dr. André Leclerc¹

Resumo

A primeira parte do texto expõe os princípios da semântica filosófica clássica e explica por que eles são inapropriados para as línguas naturais. A segunda parte expõe princípios que parecem mais adequados para representar nossas habilidades de falantes-ouvintes.

Palavras-chave: Semântica Clássica; O que é dito; Contextualismo; Línguas Naturais; Pragmática.

Abstract

The first part of this paper exposes the main principles of classical philosophical semantics and explains why they are not appropriate to natural languages. The second part exposes principles of contextualist semantics for natural languages, more appropriate to represent our abilities as speaker-hearers.

Key Words: Classical Semantics; What Is Said; Contextualism; Natural Languages; Pragmatics.

¹ Professor da UFC/CNPq. E-mail: aleclerc@terra.com.br

1 O que há de errado com a semântica filosófica clássica?

A semântica é uma representação teórica da *habilidade* de um falante-ouvinte para produzir e compreender um número potencialmente infinito de frases sensatas, de tal maneira que o conhecimento do significado de uma frase de qualquer complexidade depende exclusivamente do conhecimento do significado de suas partes constituintes e da maneira como elas se combinam.

O **Literalismo** (a expressão é de Recanati) é a concepção clássica do significado literal que supõe que cada frase declarativa de uma língua tem condições de verdade bem definidas (ou expressa literalmente uma proposição ou pensamento), independentemente de um contexto de uso. Um primeiro ponto importante a ressaltar nessa concepção tradicional da semântica é a seguinte tese:

1) Ter um conteúdo vero-condicional determinado, ou expressar uma proposição semanticamente avaliável, é uma propriedade semântica de uma frase-tipo (*type*) interpretada literalmente.

A semântica, como Frege ensinou, deve ser sistemática. A semântica deve mostrar sistematicamente como o sentido e a referência de expressões complexas dependem do sentido e da referência das expressões constituintes e do modo de combinação destas, *exclusivamente em virtude das regras e convenções da língua*. A semântica não pode atribuir um sentido ou uma referência, de novo, a cada exemplar de um tipo (*token*) de uma palavra da língua, pois isso seria uma tarefa infinita. Os *tokens* herdam as propriedades semânticas dos *types* de tal forma que se aprendem os significados das expressões de uma língua de uma vez por todas; de fato, um falante-ouvinte não precisa reaprender a língua a cada nova enunciação.

Dois princípios da maior importância foram formulados por Gottlob Frege e apoiam essa visão. O primeiro, o **Princípio da Composicionalidade**, é fundamental justamente para conferir sistematicidade ao nosso conhecimento do significado e para explicar a compreensão de frases novas.

2) O sentido (a referência) de uma frase completa é uma função do sentido (da referência) de suas partes constituintes.

O **Princípio do Contexto** é de uma interpretação delicada. Ele diz o seguinte:

3) Nunca procure para o sentido ou a referência de uma expressão fora do contexto de uma frase.

Os dois princípios trabalham em direções opostas: o primeiro explica o significado de uma frase a partir do significado de suas partes e o segundo explica o significado das partes a partir do significado da frase completa. A saída do círculo está em identificar o significado de uma expressão constituinte como sua contribuição às condições de verdade da frase completa. A formulação de Frege menciona somente o contexto da frase (*Satz*), e não o contexto extralinguístico como um todo.² No entanto os princípios propostos por Frege pressupõem um uso *sério e literal da linguagem* num contexto específico de fala quando os falantes-ouvintes estão realmente preocupados com as condições de verdade (ou de satisfação) de suas enunciações.

² Ver Frege (1884), § 60.

Outro princípio importante da concepção tradicional da semântica é o de princípio de eternização:

- 4) Para qualquer frase declarativa contendo expressões indexicais e demonstrativos, existe uma frase eterna correspondente, que expressa literal e exatamente a mesma proposição.**

O **Minimalismo** em semântica (ver Lepore & Cappelen [2005a] e Stanley [2000]) é a versão do Literalismo que limita os casos de dependência contextual ou de sensibilidade ao contexto a um pequeno grupo de expressões – indexicais, demonstrativos, adjetivos de comparação (“grande/pequeno”, “quente/frio” etc.) – e a alguns termos chamados de *contextuais* – como “doméstico”, “especialista”, “nacional”, “regional” etc. Lepore & Cappelen limitam a lista aos indexicais e demonstrativos, mas a maioria dos filósofos considera a lista completa. Segundo os minimalistas, essa dependência é determinada pelo próprio conteúdo da frase, por regras propriamente semânticas; essas regras, muitas vezes, têm conteúdo metalinguístico, que manifestam o fenômeno da “*token-reflexividade*” identificado por Reichenbach (1947). Seguindo François Recanati, chamamos de “saturação” o processo pelo qual uma informação contextual contribui para determinar as condições de verdade efetivas de uma frase, nos casos de indexicalidade. Quais são as condições de verdade da frase: “Eu estarei de volta daqui a cinco minutos”, escrita num pedaço de papel afixado na porta de um ambiente de trabalho? A frase é verdadeira se e somente se o autor da frase reaparece no lugar de sua enunciação cinco minutos depois da enunciação. Nós compreendemos alguma coisa, a frase tem um significado, mas não sabemos ainda qual é a proposição singular determinada que a frase expressa. Quem a escreveu? Quando? É a saturação que fornece as informações contextuais,

permitindo a determinação do conteúdo específico da enunciação de “Eu estarei de volta daqui a cinco minutos”³. São essas regras que determinam a natureza da informação contextual, necessária para interpretar corretamente uma frase: “isto” designa o objeto apontado no contexto de enunciação da palavra “isto”; no caso dos indexicais, por exemplo, o pronome “eu”, a regra diz que “eu” designa a pessoa que diz “eu”. Para entender a expressão “Voo domésticos”, é preciso saber em que país se está; para entender a frase “Carlos é um especialista”, é preciso saber qual o assunto da discussão (mineralogia, eletrônica etc.). Quanto aos adjetivos de comparação, é o contexto que determina a classe de referência ou de comparação; assim, um homem *alto* é alto relativamente à classe dos homens comuns, mas não relativamente à classe dos jogadores de basquetebol ou à das girafas, e a frase “Esta formiga é enorme”, dita por um turista norte-americano dá a entender que o inseto é enorme, comparado às formigas que se vê no verão, por exemplo, em Toronto. A frase “o forno é *quente*” não significa que seja quente o suficiente para assar um carneiro, talvez somente para aquecer uma pizza etc. Outros fenômenos podem surpreender: para entender a frase “Estarei com você este inverno”, é preciso saber sobre qual hemisfério se está referindo; se a frase é pronunciada numa conversa telefônica com alguém da Suécia, é preciso saber se

³ Podemos adotar uma teoria do conteúdo como a de John Perry (1993; 1997; 2001) e atribuir vários conteúdos ou proposições a um enunciado com indexicais e demonstrativos. Nesse caso, a proposição correspondente à paráfrase: “O autor da frase ‘Eu estarei de volta daqui a cinco minutos’ reaparece no lugar de sua enunciação cinco minutos depois da enunciação” é uma proposição *geral* com modos de apresentação relacionais (e não modos de apresentação absolutos ou *Sinne* fregeanos). No final do processo de saturação, a proposição obtida normalmente é uma

se está falando do inverno na Suécia, ou do inverno no Brasil⁴. *É o significado da frase, de modo geral, que determina como buscar as informações contextuais necessárias para preencher as lacunas e obter uma interpretação completa da frase.* Nessa abordagem mais tradicional da semântica, a distância entre o significado do enunciado (de acordo com as regras e convenções da língua) e “o que é dito” (*What is said*) pela enunciação desse enunciado (em contexto) é *mínima*. Por isso, o Literalismo defendido hoje é chamado, às vezes, de “minimalismo”. O que é dito, nessa perspectiva, é uma combinação do significado literal mais o resultado do processo de saturação. Isso corresponde ao domínio da semântica filosófica clássica.

Tudo o que é comunicado, além do que é dito séria e literalmente pela frase empregada em um contexto, se afasta do território da semântica assim concebida; quando a significação do locutor não coincide com a significação do enunciado, estamos entrando no domínio da pragmática, que trata da significação do locutor e da não literalidade, de fenômenos como a ironia, as implicações conversacionais (*implicatures*), os atos de fala indiretos, as metáforas e outros fenômenos aparentados. Paul Grice (1989) é o principal expoente dessa maneira de conceber a relação entre a semântica e a pragmática.

Enfim, na tradição fregeana, um significado é sempre bem determinado. Uma expressão tem um sentido e uma referência somente no contexto de uma frase completa, provida de sentido ou expressando um pensamento. Em particular, os conceitos são funções que, para um argumento

proposição “singular” (David Kaplan), ou “russelliana”, como diz Perry, que contém pelo menos um indivíduo como constituinte.

⁴ Este exemplo é adaptado do de William Lycan, *Philosophy of Language*, Londres, Routledge, 2000, 166-168. A frase “Estamos no inverno” é sempre verdadeira num hemisfério e falsa no outro.

determinado, têm como valor um valor de verdade (o verdadeiro ou o falso). Portanto há uma resposta categórica por “sim” ou “não” à questão “x é F?”, quando “x” existe. No Literalismo, é sempre o significado literal que fixa ou delimita o que é dito pela enunciação de uma frase. A noção de “o que é dito” é puramente semântica, determinada exclusivamente pelos significados dos itens semânticos constituintes e pelo processo de saturação – ele mesmo determinado por regras semânticas. O contexto só contribui através do processo de saturação, determinado inteiramente por regras semânticas. A pragmática cuida somente do que é comunicado além do que é dito. Com isso, temos mais um princípio:

5) O significado literal determina rigorosamente o que é dito em contexto pela enunciação séria e literal de uma frase; o que é dito é uma noção semântica, e o que é comunicado além do “dito” pertence à pragmática.

Os princípios gerais mencionados em negrito são relevantes para introduzir uma proposta alternativa ao Literalismo para a semântica das línguas naturais: o Contextualismo. A semântica filosófica se apoia sobre um número muito maior de princípios, que regem noções como intenção, extensão, força ilocucionária, categoria semântica, sinonímia, consequência lógica, modelo etc.

Os princípios clássicos não representam bem nossas habilidades. O princípio 1) não descreve corretamente como o sentido é produzido e compreendido. Nosso conhecimento do significado das palavras deve ser relativamente estável, mas o valor semântico compreendido numa situação

específica de uso é sempre mais rico. A frase “João fez uma caminhada” deve ser entendida diferentemente quando João é um adulto saudável (andou alguns quilômetros para ficar em forma), ou quando João é um bebê de 10 meses (deu os primeiros passos na sua vida), ou quando João é um idoso num hospital tentando melhorar de uma doença grave etc. “Caminhada” não deve ser entendida da mesma maneira, pois o que conta como caminhada em um caso é bem diferente do que conta como caminhada nos outros. Em cada contexto, um valor semântico diferente é derivado para ajustar-se à situação de fala.

Os princípios de composicionalidade e do contexto não precisam ser rejeitados, mas devem ser aplicados com cuidado. Os valores semânticos das expressões constituintes de uma frase completa correspondem aos valores derivados no contexto, e não aqueles determinados pelas convenções descritivas e muito gerais da língua. Quanto ao princípio do contexto, ele não deve ser entendido de maneira estreita, limitado ao contexto da frase, e sim de maneira a envolver o contexto extralinguístico inteiro. Vários fatores contextuais podem contribuir para tornar o sentido de uma expressão mais específico.

O princípio de eternização, certamente, não funciona em todos os casos. Vamos considerar a frase: “eu existo”. A paráfrase, de acordo com os cânones da semântica filosófica clássica, seria: “A propriedade de ser o x tal que x é o referente deste token de ‘eu’ é unicamente instanciado”. Mas agora temos o referente de “x” e o token de “eu” que devem existir para que a frase original seja verdadeira. Pior: temos ainda um indexical a eliminar para obter uma frase eterna. A conclusão é que o fenômeno da indexicalidade não pode ser capturado de modo não indexical.⁵

⁵ Ver McGinn (2000) e Perry (1993).

Quanto ao princípio 5), falha o tempo todo. É só considerar as seguintes frases:

- i) Tenho dois filhos;
- ii) Tomei café da manhã;
- iii) Todas as cervejas estão geladas.

Quem usa i) na maioria dos casos quer dizer literalmente “tenho exatamente dois filhos”, e não “tenho pelo menos dois filhos” o tempo todo e em todos os contextos, como na semântica clássica. Quem usa ii) quer dizer literalmente que tomou café da manhã no dia da enunciação, e não que tomou café da manhã pelo menos uma vez na vida. E quem usa iii) quer dizer, literalmente, que as cervejas que foram compradas para a festa (ou algo assim) estão geladas, e não que todas as cervejas do universo estão geladas. A moral da história é que a semântica filosófica clássica raramente atribui condições de verdade corretas e intuitivas (aquelas que são efetiva e espontaneamente compreendidas pelos agentes de um contexto de fala). Como chegamos às condições de verdade intuitivas? O modelo clássico sugere que raciocinamos inconscientemente e que esse raciocínio toma como *input* as condições de verdade erradas e algumas informações contextuais que permitem chegar à interpretação correta (as condições de verdade intuitivas). O sentido literal é, assim, em muitos casos, algo ridículo que tem pouco a ver com a intenção do locutor, o que é dito e o que é compreendido espontaneamente.

2 O contextualismo: novos princípios

Para o Contextualismo, a linguagem é essencialmente dependente do contexto de uso e cada frase completa determina condições de satisfação (ou de verdade) somente em relação a um pano de fundo, a um conjunto de pressuposições não articuladas (na frase). Isso explica porque as mesmas expressões ou frases (ou *tokens* das mesmas frases) podem servir para dizer coisas tão diferentes em contextos de uso diferentes. O Contextualismo é uma tentativa de explicar essas variações contextuais de sentido, sem apelar para uma tese reconhecidamente implausível: a tese da ambiguidade semântica sistemática e da multiplicação indevida dos sentidos literais. Grice já tinha reconhecido a implausibilidade dessa tese e propôs uma aplicação da Navalha de Ockham para evitar a multiplicação dos sentidos e uma complicação inútil da semântica.

O verdadeiro portador de uma proposição determinada (ou das condições de verdade ou de satisfação) não é uma frase-*tipo*, e sim um **ato-de-enunciação-num-contexto-determinado**. Determinar condições de satisfação é uma habilidade de falantes-ouvintes, e as condições de verdade e de satisfação não se encontram objetivamente já fixadas na língua, independentemente de qualquer contexto de uso. Não é uma habilidade que se exercita somente com base num conhecimento da sintaxe e da semântica de uma língua. É uma habilidade que pressupõe, como Wittgenstein tinha visto com clareza, um conhecimento das “formas de vida”, das regularidades naturais e sociais. E essa habilidade não é “algorítmica”.

O Contextualismo em filosofia da linguagem é uma tradição que se desenvolve a partir do “Segundo Wittgenstein” até Recanati ⁶,

⁶ Ver RECANATI, François. **Literal meaning**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

passando por Austin⁷, Searle⁸, e, sobretudo, Charles Travis⁹. O significado literal de nossas enunciações determina sempre condições de verdade e de satisfação relativas a um conjunto de objetivos, interesses e percepções ou avaliações dos falantes-ouvintes e relativas a um contexto de pressuposições, de conhecimentos amplamente compartilhados e, muitas vezes, tácitos sobre regularidades naturais, sociais, maneiras padrões de fazer etc. Como Wittgenstein ensinou, aprender a sintaxe e a semântica de uma língua e descobrir o mundo natural e social não são dois processos distintos; não se pode separar conhecimento da língua e conhecimento do mundo. Às vezes, o conhecimento relevante, para a interpretação correta e completa de uma frase, é compartilhado por duas ou três pessoas, como acontece nas famílias entre irmãos e irmãs; pessoas que não são da família nem sempre entendem as frases usadas pelos membros da família. *Tokens* das mesmas frases são regularmente (e devem ser) compreendidos diferentemente em contextos diferentes.

A melhor estratégia para mostrar isso é recorrer ao que Travis chama de “pares contrastantes” de interpretações diversas para *tokens* da mesma frase-*tipo*. Essa estratégia é provavelmente a melhor como demonstração da justeza das teses contextualistas em filosofia da linguagem¹⁰. É importante notar que todas essas interpretações são *literais*. Vamos examinar as seguintes frases (exemplos de Hilary Putnam, François Recanati e Charles Travis; o quarto é de um aluno meu):

- 1) Gabriel pegou o vírus;

⁷ Ver AUSTIN, J.L. **How to do things with words**. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1962.

⁸ Ver “Literal meaning”. In: **Expression and meaning**. Cambridge: C.U.P., 1979.

⁹ Ver, por exemplo, **The uses of sense: Wittgenstein’s philosophy of language**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

- 2) Há muito café sobre a mesa;
- 3) Há leite na geladeira;
- 4) Emiliano tomou a pílula.

A interpretação que vem logo à mente ao se ouvir um *token* da primeira frase é que Gabriel ficou doente, está de cama, tomando remédios etc. Essas são as condições de verdade, de acordo com essa interpretação literal de uma enunciação de 1). Mas se Gabriel é biólogo, especialista em epidemiologia, enviado a uma zona contaminada para coletar uma amostra de um vírus, a interpretação dessa enunciação determina condições de verdade totalmente diferentes da primeira enunciação. Como podemos ver, não é mais a frase-*tipo* que tem condições de verdade isolada e independentemente de um contexto; é a enunciação num contexto que tem um conteúdo vero-condicional, isto é: o *token* produzido no contexto, e não a frase-*tipo*. Podemos pensar em três interpretações distintas de enunciações da frase 2): Há um garrafão de café sobre a mesa e xícaras ao redor – aqui uma enunciação de 2) poderia ser uma descrição literal da situação ou um convite indireto a se servir; há sacos cheios de grãos de café sobre a mesa – aqui uma enunciação de 2) poderia ser uma descrição literal da situação ou contar como ordem indireta para carregar um caminhão com aqueles sacos; e finalmente uma enunciação de 2) poderia contar como uma descrição literal da situação ou como um pedido indireto para limpar uma grande poça de café derramado sobre a mesa. De novo, nos três casos, o conteúdo vero-condicional de cada enunciação é distinto e se adapta cada vez a uma situação particular literalmente descrita. Uma enunciação de 3) tem uma interpretação simples e

¹⁰ O Contextualismo é muito discutido hoje em dia não só na filosofia da linguagem mas também em teoria do conhecimento e na metafísica. Ver PREYER, Gerhard; PETER, Georg (orgs.). **Contextualism in philosophy: knowledge, meaning and truth**. Oxford: Clarendon Press, 2005.

direta (há um litro de leite na geladeira); mas se tiver uma poça de leite derramado no fundo da geladeira, uma enunciação de 3) poderia contar como uma descrição literal da situação, ou como um crítica indireta dirigida a alguém que, supostamente, acaba de lavar a geladeira, em um contexto em que a geladeira deveria estar vazia e limpa. Com o exemplo 4), podemos de novo imaginar, primeiro, que Emiliano, de cinco anos, simplesmente engoliu a pílula, imitando seu pai, ou que ele, brincalhão, roubou a pílula que sua irmã mais velha ia tomar e começou a correr ao redor da mesa, fugindo dela.

Esse fenômeno está presente em qualquer língua natural e é extremamente frequente¹¹. A primeira lição a tirar é esta:

A) Ter um conteúdo vero-condicional determinado ou expressar uma proposição determinada é uma propriedade de um ato-de-enunciação-num-contexto-determinado, e não uma propriedade de uma frase-tipo.

A segunda lição é que o significado literal se reduz a algo tênue, esquemático, que alguns (como Recanati) chamam de “potencial semântico”. O verbo “pegar” em 1) aplica-se diferentemente nas duas interpretações, como a palavra “café” em 2), e a expressão “haver na” em 3) remete a duas maneiras possíveis de “estar em”. O mesmo vale para o verbo “tomar” em 4). Essas expressões não são indefinidamente ambíguas, e o mesmo pode ser dito de outras

¹¹ “Most English sentences behave the same.” Ver TRAVIS, C. “Meaning’s Role in Truth”, *Mind*, v. 105.419, Julho 1996, p. 455, descrevendo este mesmo fenômeno.

do mesmo tipo (“abrir”, “cortar”, “fechar”, “ir”, “chegar” etc.). Jonathan Cohen () usou a seguinte comparação entre os significados de uma língua artificial e os significados de uma língua natural: os primeiros são como tijolos, enquanto os segundos são como sacos de areia, que se ajustam uns com os outros na construção de uma parede.

B) O significado literal não determina rigorosamente o que é dito pela enunciação de uma frase, mas sim determina um leque de possibilidades que só o contexto pode restringir e determinar.

Usamos constantemente as mesmas palavras, em vários contextos para descrever as coisas mais diversas, sem por isso criar problemas de entendimento mútuo. Trata-se do fenômeno de “ajuste” ao contexto, chamado de “modulação” por Recanati (2004, cap. 2). As palavras, antes de entrar nas regras de composição, passam por uma modulação, um ajuste à situação de fala, um conjunto de *processos pragmáticos primários*, como o “enriquecimento livre”, a “ampliação” (*loosening*) e a transferência semântica (*semantic transfer*). Os pensamentos que nós expressamos são completos, mesmo quando a expressão linguística é lacunar ou inadequada. Dizemos em várias ocasiões “Estou pronto”; dito por um aluno no início de um exame oral, a frase expressa o pensamento de que ele está bem preparado *para o exame*; dito pelo Rei da Inglaterra, olhando para o carrasco, significa que ele está pronto *para morrer* etc. Aqui temos de enriquecer o conteúdo da frase para obter as condições de verdade intuitivas. Esses são casos de enriquecimento livre. A ampliação serve normalmente para produzir metáforas: “A máquina do banco engoliu meu cartão”. O procedimento consiste em relaxar ou ampliar as condições de aplicação de um termo. Por fim, num restaurante, o garçom grita: “O sanduíche de presunto saiu sem pagar”, chamando, por metonímia ou transferência semântica, o freguês de “sanduíche de presunto”. Assim, no Contextualismo:

C) O que é dito é determinado apenas parcialmente pelo significado (ou potencial semântico); contribuem de

maneira decisiva para o conteúdo da enunciação (“o que é dito”) a modulação (processos pragmáticos primários) e os interesses e objetivos dos falantes-ouvintes, percebendo e avaliando o ajuste das palavras ao contexto de uso delas.

A ideia de que as palavras possuem um potencial semântico ao invés de um significado mais “robusto” (como uma função de mundos possíveis em indivíduos – ou em conjunto de indivíduos ou valores de verdade etc., ou como uma regra para aplicar um termo) não leva à tese teoricamente insustentável de uma ambiguidade sistemática generalizada. Alguns anos atrás, Benoît de Cornulier forneceu um excelente exemplo que vou adaptar aqui só para ilustrar este ponto¹². Vamos imaginar que o prefeito de São Paulo, com o intuito de economizar, decreta que doravante todos os sinais de trânsito na cidade serão vermelhos, só vermelhos, e vermelhos o tempo todo. O Conselho Municipal, apelando para as habilidades hermenêuticas dos paulistas, repassa para eles a responsabilidade de decidir quando o sinal vermelho significa “Pare imediatamente!”, ou “Pode passar, mas tenha cuidado!”, ou “Pode passar sem preocupação...”. O leitor pode facilmente imaginar o resultado. O número de acidentes nas interseções certamente atingiria logo um marco histórico! Sem falar das disputas, gritos, até tiroteios! Da mesma maneira, se as palavras tivessem um sentido diferente para cada locutor em cada novo contexto, uma comunicação bem-sucedida seria tão improvável quanto uma solução simples e consensual para o conflito opondo os israelenses aos palestinos! O adjetivo de cor “vermelha” fornece um excelente exemplo de nossa capacidade de “ajustar” o sentido das palavras em função dos contextos e das coisas descritas (LAHAV, 1989). Na verdade, no Contextualismo, as expressões

¹² BENOIT DE CORNULIER. *Effets de sens*. Paris : Ed. De Minuit, 1987.

linguísticas não carregam misteriosamente um sentido independentemente de qualquer contexto. Cada coisa vermelha tem sua maneira própria de ser vermelha. Uma melancia (*red water melon*) é vermelha por dentro. Mas dizer sobre um pássaro que ele é vermelho significa que a maioria de suas penas é vermelha, e não que ele tem as patas vermelhas ou o bico vermelho, ou que seus pulmões são vermelhos. No caso do pássaro, a cor deve ser a cor “natural” (um pássaro vermelho, mesmo pintado de verde, continua sendo um pássaro vermelho para o ornitólogo), mas uma mesa vermelha não tem cor natural¹³ (se a mesa era amarela, ela só passa a ser vermelha uma vez que é pintada de vermelho). Dizer sobre uma casa que ela é vermelha significa que as paredes de fora são vermelhas (o telhado e o interior da casa não precisam ser vermelhos). Um carro, da mesma forma, é vermelho quando é vermelho por fora (os pneus e os assentos não precisam ser vermelhos). Melhor: podemos imaginar um pincel azul por fora, com tinta preta dentro, mas a tinta teria a curiosa propriedade de se tornar vermelha ao contato com o ar e com um quadro branco. “Passe-me o pincel vermelho, por favor!” A frase faz sentido nesse contexto, mesmo que o pincel não tenha nada de vermelho¹⁴. Os casos considerados até agora são de usos literais. Existem vários outros usos não literais: um “alerta vermelho” também não tem nada de vermelho. A mesma coisa se dá com uma conta bancária que “está no vermelho”. Podemos ver aqui que o adjetivo “vermelho” serve diferentemente em cada caso, se ajusta, por assim dizer, ao objeto e ao contexto de uso. Não se trata da influência de um item lexical sobre outro, como o adjetivo “leve” em “uma bagagem leve” e em “uma refeição leve”. Mas não há nenhum caso preciso, nos exemplos mencionados, de uma ambiguidade semântica, algo comparável ao caso de “manga” (como fruta e como parte de uma camisa ou de um vestido). De um contexto para o outro, sentimos e julgamos que há similaridades o suficiente para usar o mesmo adjetivo na descrição dos objetos considerados. E isso é absolutamente

¹³ A menos que a mesa seja feita de madeira preciosa; nesse caso, podemos falar da “cor natural” da mesa, que na verdade é a cor natural da madeira, pois, sendo um artefato, uma mesa não pode *stricto sensu* ter uma cor natural.

¹⁴ Para estes exemplos ver Lahav e Recanati (2004), cap. 9.

imprescindível para o uso criativo da linguagem. Dizer que o significado das palavras em uma frase (“Há muito café sobre a mesa”) não determina estritamente o que é dito por uma enunciação literal dessa frase não é negar que haja algo como o significado das palavras, ou o conhecimento deste, mas que o significado é algo mais “esquemático”, tênue, do que se pensava, e que o significado de uma palavra precisa ser enriquecido em contexto, antes da aplicação das regras de composicionalidade. As palavras têm um “potencial semântico”, da mesma forma que uma frase tem um potencial ilocucionário (uma frase cujo verbo principal está no modo imperativo, digamos “Faça isso!”, pode servir para dar uma ordem, ou um conselho, uma sugestão, um pedido, suplicar, intimar etc.). De outro modo, qualquer palavra poderia ser usada para dizer qualquer coisa, o que certamente não é o caso. Existe uma margem, um hiato, que a modulação deve preencher entre esse potencial semântico e o que é dito efetivamente em contexto. E, para cada frase-*tipo*, existe um leque de condições de verdade, e não uma só. Travis resume bem a situação quando critica teorias da verdade como o deflacionismo de Horwich:

But there is no *one* way the world must be to supply what is required for the truth of words with given meaning. On the contrary, for different speakings of words alike in meaning, there are different ways the world must be¹⁵.

E Putnam, indo na mesma direção:

The meanings of the words does (*sic*) restrict what can be said using them; but what can be said using them, consistently with the meaning of the words, depends on our ability to figure out how it is *reasonable* to use those words, given those meanings (given a certain history of prior uses), in novel circumstances. And, *pace* Chomsky, the idea that *reasonableness* itself can be reduced to an algorithm is a

¹⁵ TRAVIS. Meaning's role in truth. **Mind**, v. 105.419, Julho 1996, p. 454.

scientific fantasy¹⁶.

Os estudos do psicólogo Amos Tversky¹⁷ sobre os juízos de similaridade são regularmente usados pelos contextualistas. Avaliamos cada situação de fala em termos de similaridade, com situações anteriores, de modo a projetar em novas circunstâncias palavras usadas anteriormente. A compreensão linguística requer uma sensibilidade, uma percepção ou avaliação correta da cada situação. A compreensão das palavras consiste, por uma parte, em perceber como elas se ajustam às circunstâncias da enunciação, de acordo com nossos objetivos e interesses, no momento da enunciação; a comunicação e a compreensão bem-sucedida dependem disso. De novo, Travis:

We see words as taking responsibility for serving certain purposes, in that we will count them as having said what is correct, so true, only where we count these purposes as (adequately) served¹⁸.

Vários tipos de conhecimento podem ser envolvidos e contribuir na comunicação e na compreensão normal: A. conhecimentos ativados pelo contexto anterior do discurso; B. conhecimentos relativos à identidade do parceiro conversacional (sua classe social etc.); C. conhecimentos acessíveis pela observação mútua do meio ambiente onde a conversação se realiza; D. conhecimento dos estereótipos, roteiros ou “frames” que são associados ao potencial semântico das expressões usadas no contexto; E. conhecimento dos objetivos e habilidades do parceiro conversacional (se ele é honesto ou sincero etc.); F. conhecimento das normas conversacionais (máximas de Grice, normas de polidez etc.)¹⁹. Mas aqui estamos nos aproximando da sociolinguística ou psicolinguística.

Outro princípio importante deve ser apresentado aqui:

¹⁶ PUTNAM. **The threefold cord**: mind, body, and world. Nova Iorque: Columbia University Press, 1999, p. 125.

¹⁷ TVERSKY, A. Features of similarity. *Psychological Review*, v. 84, p. 327-352.

¹⁸ TRAVIS, 1996, p. 463.

¹⁹ Ver BEZUIDENHOUT, 2002, p. 117.

D) A teoria do significado não deve ser tratada independentemente da teoria da compreensão linguística.

Quando desconsideramos a compreensão linguística, a tendência é tratar o domínio do significado como um simples cálculo. É um erro, pois a compreensão impõe várias restrições que espelham nossas limitações cognitivas, limitação memorial, ou em termos de calculabilidade.

Enfim, um princípio que contradiz a ideia fregeana de que um sentido que não é bem determinado não é sentido algum.

E) Aplicamos sempre significados não específicos a contextos específicos. Isso vale particularmente para predicados nas línguas naturais, que são praticamente todos vagos.

Wittgenstein observou, contra Frege e contra a tese da determinação do sentido, que os termos (os predicados em particular) nas línguas naturais não têm condições de aplicação precisas, determinadas de uma vez por todas e por isso não são suscetíveis de uma definição em termos de condições necessárias e suficientes. De fato, os predicados (quase todos) nas línguas naturais são “vagos”, não têm condições de aplicação bem delimitadas²⁰. Isso complica imensamente os tratamentos formais das línguas naturais. O predicado “é um número primo” pode

²⁰ Ver PIETROSKI, P. M. The character of natural language semantics. In: BARBER, A. (org.), 2003, p. 233: “Since almost all natural-languages predicates are vague, in my view, this makes it hard even to *say* which function is alleged to be the valuation of a given predicate”; “The available evidence suggests that natural predicates are not semantically associated with the kinds of ‘boundaries’ that are essential to functions/sets.”

muito bem corresponder à função: [λx . verdadeira SSE x é um número primo]. Mas é duvidoso em relação a “x é um livro”, “x é calvo”, “x é uma mesa” etc. O fenômeno do “conta como” (*counts as*) está em toda parte nas línguas naturais. Assim, em certas circunstâncias, uma porta deitada sobre duas caixas conta como mesa de trabalho, mas certamente não em uma loja de móveis! Portanto é duvidoso que [λx . verdadeira SSE x conta como mesa de trabalho no contexto C] designa uma verdadeira função.

Conclusão

Os princípios da semântica clássica são apropriados para linguagens arregimentadas, como aquelas usadas nas ciências formais e nas ciências da natureza. Não há nada de errado em criar e usar tais linguagens. Elas são concebidas para satisfazer às exigências da investigação e da comunicação científica e para agilizar a teorização sistemática. Essas linguagens são muito mais simples que as línguas naturais. A semântica filosófica clássica estudou tais linguagens artificiais que os filósofos analíticos usaram bastante para estudar noções filosóficas tradicionais. O erro foi tentar transferir e aplicar às línguas naturais as mesmas técnicas que deram certo com as linguagens formais.

Referências

AUSTIN, J.L. **How to do things with words**. Cambridge (MA), Harvard University Press, 1962.

_____. A plea for excuses. **Philosophical Papers**. Oxford: Oxford University Press, 1961, p. 123-152.

_____. **Sense and sensibilia**. Oxford: Clarendon Press, G.J. Warnock (org.), 1962.

BEZUIDENHOUT, Anne. Truth conditional pragmatics. **Philosophical Perspectives**, v. 16, p.105-134, 2002.

_____. The coherence of contextualism. **Mind and Language**, v. 21, n. 1, fevereiro de 2006, 1-10.

CAPPELEN, Herman ; LEPORE,Ernie. **Insensitive semantics: a defense of semantic minimalism and speech act pluralism**. Oxford: Blackwell, 2005a.

_____. Response. **Mind and Language**, v. 21, n. 1, fevereiro de 2006, 50-73. Número especial da revista consagrado a *Insensitive Semantics*.

_____. A tall tale in defense of semantic minimalism and speech act pluralism. *In: PREYER, G. ; PETER, G. (orgs.). Contextualism in philosophy: knowledge, meaning and truth*. Oxford: Clarendon Press, 2005b.

CHISHOLM, Roderick M. **Person and object: a metaphysical study**. La Salle: Open Court publishing Company, 1976.

BENOIT DE CORNULIER. **Effets de sens**. Paris: Ed. De Minuit, 1987.

DAVIS, Stephen. **Pragmatics: a reader**. Oxford: Oxford University Press, 1991.

GRICE, Paul. **Studies in the ways of words**. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1989.

HALE, Bob ; WRIGHT, Crispin (orgs.). **A companion to the philosophy of language**. Oxford: Blackwell, 1997.

KAPLAN, D. On the logic of demonstratives. *In: SALMON, N.; SOAMES, S. (orgs.). Propositions and attitudes*. Oxford: O.U.P., 1988, p. 69-70.

LAHAV, Ron. Against compositionality: the case of the adjectives. **Philosophical Studies** v. 57, 1989, p. 261-279.

LAURENCE, Stephen. ; MARGOLIS, Eric. **Concepts and conceptual analysis**, a aparecer em *Philosophy and Phenomenological Research*.

LYCAN, William. **Philosophy of language: a contemporary introduction**. Londres: Routledge, 2000.

- MARTI, Luisa. Unarticulated constituents revisited. **Linguistics and Philosophy**, v. 29, p. 135-166, 2006.
- PERRY, John. **The problem of the essential indexical and other essays**. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- MCGINN, Colin. **Logical properties**. Oxford: O.U.P., 2000.
- _____. Indexicals and demonstratives. *In*: HALE, B. ; WRIGHT, C. (orgs.). **A Companion to the philosophy of language**. Oxford: Blackwell, 1997. p. 589-612.
- _____. **Reference and reflexivity**. Stanford: CSLI Publications, 2001.
- PREYER, Gerhard ; PETER, Georg (orgs.). **Contextualism in philosophy: knowledge, meaning and truth**. Oxford: Clarendon Press, 2005.
- PUTNAM, Hilary. **The threefold cord: mind, body, and the world**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1999.
- RECANATI, François. **Literal meaning**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- _____. Crazy minimalism. *Mind and Language*, v. 21, n. 1, fev. 2006, p. 21-30.
- _____. Literalism and contextualism: some varieties. *In*: PREYER, Gerhard ; PETER, Georg (orgs.). **Contextualism in philosophy: knowledge, meaning and truth**. Oxford: Clarendon Press, 2005. p. 171-196.
- _____. Unarticulated constituents. **Linguistics and Philosophy**, v. 25, p. 399-345, 2002.
- _____. What is said. **Synthese**, v. 128, p. 75-91.
- REICHENBACH, Hans. **Elements of symbolic logic**. Nova Iorque: Free Press, 1947.
- RICHARD, Mark. Contextualism and relativism. **Philosophical Studies**, v. 119, n. 1-2, p. 215- 242.
- RUDDER BAKER, Lynne. Philosophy *in mediis rebus*. **Metaphilosophy**, v. 32, n. 4, Julho 2001, p. 378-394.
- SEARLE, John. **Expression and meaning**. Cambridge: C.U.P., 1979.
- STANLEY, Jason. Context and logical form. **Linguistic and Philosophy**, v. 23, p. 391-434, 2000.
- SUPPE, Frederick. Definitions. *In*: NEWTON-SMITH, W. (org.). **A companion to the philosophy of science**. Oxford: Blackwell, 2000.
- TRAVIS, Charles. **The uses of sense: Wittgenstein's philosophy of language**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

- _____. Annals of analysis. **Mind**, v. 100, n. 398, April 1991, p. 237-263.
- _____. Meaning's role in truth. **Mind**, v. 105.419, Julho 1996, p. 451-466.
- _____. Pragmatics. *In*: HALE, Bob ; WRIGHT, Crispin (orgs.). **A companion to the philosophy of language**. Oxford: Blackwell, 1997.
- _____. Insensitive semantics. **Mind and Language**, v. 21, n. 1, fevereiro de 2006, p. 39-49.
- TVERSKY, Amos. Features of similarity. **Psychological Review**, v. 84, p. 327-352.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. Petrópolis: Vozes, 1994.